**EPISTEMOLOGIAS DE MULHERES NEGRAS E EDUCAÇÃO PARA PRIMEIRAS INFÂNCIA NO RIO DE JANEIRO**

Isis Natureza – UERJ/PPGECC

RESUMO

Neste resumo, me proponho a trazer uma análise sobre as epistemologias existentes nos territórios periféricos através dos saberes das grandes matriarcas dessas comunidades, referenciadas como as “Tias da comunidade”.

Os saberes compartilhados por essas mulheres atravessam gerações nesses territórios e se confundem com as próprias histórias das origens desses espaços. Através de suas práticas como parteiras, erveiras, benzedeiras, mães de santo, líderes comunitárias, lideranças ligadas às igrejas, ou simplesmente por  serem as primeiras habitantes de tais territórios, essas mulheres compreendem saberes importantíssimos para a identidade dessas localidades. A preservação da memória e dos saberes dessas mulheres é uma forma de manutenção da identidade da própria comunidade e registro sobre a agência de mulheres negras na criação de outras referências de organização social, política, educacional e comunitária.

Educação Infantil; Afrodiáspora; Decolonialidade; Periferia.

A educação para a primeira infância em territórios de favela e periferia do Rio de Janeiro, tem sido organizada por mulheres negras, de maneira comunitária, desde a década de 1980. De maneira contracolonial, mulheres periféricas organizaram-se para que as crianças de suas comunidades pudessem ser cuidadas e amparadas segundo a forma de viver da própria comunidade, para atender às necessidades de inserção feminina no mercado de trabalho e para garantir direitos básicos a essas crianças.

 De acordo com as orientações curriculares da educação infantil, o segmento alicerça-se em dois pilares: cuidar e educar. Tendo como eixos curriculares principais as interações e brincadeiras. Ao levarmos esses pilares em consideração, podemos questionar: qual é o sentido de infância para as comunidades de favela/periféricas? Como foi a infância dos mais velhos dessas comunidades? Como são vividas as epistemologias de cuidado e de infância em territórios periféricos? Teriam as creches comunitárias fundadas pelas “Tias da comunidade” heranças das tradições e cosmovisões quilombolas/africanas? Como essas questões atravessam os currículos dos espaços de educação infantil atualmente? Beatriz Nascimento em seu importante artigo “Dos Quilombos às Favelas” infere que toda comunidade negra é um quilombo. Toda favela é quilombo. Diante desta afirmativa, podemos compreender que nos territórios de favela e periferias encontramos modos de viver, epistemologias e cosmogonias que operam numa herança dos quilombos antes existentes nesses mesmos territórios em outros períodos da história brasileira. Nessa perspectiva, podemos compreender que a forma que essas comunidades se constroem social, identitária política e pedagogicamente são fundamentadas nas cosmovisões africanas e nos processos insurgentes que fazem parte da história da população negra no Brasil. Sobre o conceito de quilombo (Kilombo) Beatriz Nascimento afirma:

Como antes tinha servido de manifestação reativa ao colonialismo de fato, em 1970 o quilombo volta como código reagente ao colonialismo cultural, reafirma a herança africana e busca um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica. (...) Quilombo passou a sinônimo de povo negro, sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade. (NASCIMENTO, 2021, pg. 165)

Já Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), em seu conceito de confluência, nos traz a reflexão sobre as variadas trocas e cruzos que vivemos entre pessoas, meio ambiente, territórios e possibilidades de aprendizagem e reaprendizagem. Nos elucida sobre as relações de biointeração das comunidades tradicionais com seus territórios e o quanto isso faz parte da identidade constitutiva dos sujeitos que habitam espaços de herança afropindorâmicos. Sobre as relações de confluência das identidades das comunidades negras junto aos territórios Bispo identifica que:

(...)podemos afirmar que a guerra da colonização nada mais é que uma guerra territorial, de disputa de territorialidades. Nesse contexto, nós, povos contra colonizadores, temos demonstrado em muitos momentos da história a nossa capacidade de compreender e até de conviver com a complexidade das questões que esses processos tem nos apresentado. Por exemplo: as sucessivas ressignificações das nossas identidades em meio aos mais perversos contextos de racismo, discriminação e estigmas; a readaptação dos nossos modos de vida em territórios retalhados, descaracterizados e degradados; a interlocução das nossas linguagens orais com a linguagem escrita dos colonizadores. (BISPO, 2015, pg.97)

Uma criança que nasce numa comunidade negra afrodiaspórica, seja ela urbana ou rural, possui referenciais de infância que se relacionam com o modo de viver daquela comunidade e consequentemente com suas dimensões culturais, políticas e epistêmicas. As infâncias periféricas possuem relações marcadas por cosmovisões e construções étnico-raciais entrelaçadas às histórias das grandes 3 matriarcas vistas, muitas vezes, como pilares centrais de muitas dessas comunidades. As “tias da comunidade”, foram e são grandes lideranças dessas localidades por serem vistas como as grandes “sabedoras” de tudo. Desta forma, podemos dizer que antes que qualquer aparelho educacional do Estado tivesse entrado em comunidades periféricas já havia uma organização de saberes que eram circulados de forma orgânica, tendo como grandes referências os saberes das tias mais velhas da comunidade. Ainda sobre o conceito de quilombo, Beatriz Nascimento nos diz que os quilombos são formas de resistência negra organizadas e estruturadas para a emancipação do povo negro em suas mais variadas necessidades. Ao pensarmos na estrutura da educação infantil dos territórios de favela como uma organização criada por e para a comunidade, percebemos que a lógica quilombista permanece vívida nesses territórios, sendo a herança de resistência e insurgência características empíricas dessas comunidades. Nas periferias cariocas, durante a década de 80, iniciou-se um movimento emancipatório da educação das crianças das comunidades por parte das mulheres diante de necessidades imputadas pelo mercado de trabalho e ausência da presença do Estado na garantia de direitos educacionais para essas crianças. As creches comunitárias são a concretização de uma organização para a construção de uma educação comunitária e de organização político-social da comunidade para educar suas próprias crianças com suas metodologias e conceitos pedagógicos. Para além da necessidade imputada pelo sistema capitalista, as creches comunitárias demonstram o poder de organização social dentro de comunidades periféricas e também o poder de organização das mulheres da comunidade, que, através da necessidade de terem muitas crianças cuidadas ao mesmo tempo organizaram-se para que espaços fossem criados e pessoas estivessem disponíveis para ofertar tais cuidados Durante as aulas expositivas do curso, o professor Luiz Rufino ressaltou que a tarefa da educação é mudar mundos. Ora, o que as tias da comunidade fazem senão inventar mundos possíveis para si e para suas comunidades?

Suas formas transgressoras de construir histórias em seus territórios e criar possibilidades em educação para seu povo é inventar um mundo onde seus saberes caibam, onde suas metodologias sejam respeitadas, onde suas identidades tenham pertencimento. E esses mundos serão vividos pelas crianças que reconhecem nessas práticas seu modo de viver e existir. Não algo marginalizado, sem valor, que precisa ser mudado, adaptado, “sanitizado” pelo Estado. Os saberes insurgentes das mulheres periféricas precisam ser reconhecidos e nomeados enquanto processos pedagógicos que dão sentido às vidas das crianças e adultos que vivenciam as experiências desses saberes em coletividade. Que compartilham e dão sequência a histórias de afirmação desses saberes em suas comunidades e que vêm nos espaços de acolhimento, educação e cuidado construídos pelas matriarcas um lugar também de manutenção dos saberes ancestrais significativos para suas coletividades. De acordo com Rufino:

A educação como descolonização está implicada a uma política de vida, ou seja, tem seus atos focados em contrariar os ditames da agenda dominante. A educação diz acerca de práticas cotidianas; pertencimentos coletivos; aprendizagens; e circulação de conhecimentos que reposicionem e vitalizem os seres atravessados pela violência colonial. (RUFINO, 2021, pg. 14)

Sob essa perspectiva podemos pensar sobre a existência das creches comunitárias como espaços de educação, afeto e memória criados numa perspectiva de identidade e manutenção de saberes afroperspectivistas que, com a chegada da administração da assistência social e posteriormente da secretaria municipal de educação, não tiveram a manutenção dos currículos de saberes tradicionais dessas comunidades periféricas nomeados ou até mesmo mantidos. Através da imposição de um currículo de educação infantil que não atribui determinados saberes e metodologias como identidades da população negra e periférica, há um apagamento epistemológico, ou como assinala Sueli Carneiro, um epistemicídio. Através do não reconhecimento dos processos pedagógicos estabelecidos pelas tias da comunidade como tal, sua agência sobre a educação de seus territórios é apagada em nome de um currículo oficial construído com referências de metodologias pedagógicas europeias, como por exemplo: “Reggio Emilia”, “Montessori” e “Pikler”. Não há registros dos saberes comunitários ou das epistemologias de mulheres negras fundadoras de creches comunitárias como processos pedagógicos ou metodologias educacionais. O que podemos encontrar são unidades de educação infantil com nomes das “tias” fundadoras dos espaços ou das matriarcas mais relevantes para a comunidade. Porém, suas contribuições para a educação não são investigadas ou sequer reconhecidas, por relacionarem suas contribuições pedagógicas em relação a educação do seu povo como algo primitivo e não algo revolucionário para toda a comunidade. O protagonismo e agência dessas mulheres é substituído pela aplicação do currículo oficial e metodologias impostas pelo Estado que, ao trazer propostas pedagógicas alienígenas ao modo de vida dos territórios em questão, reproduzem uma lógica colonialista de dominação e desvalorização dos saberes existentes nessas localidades. Diante disto, podemos considerar que a estrutura das diretrizes curriculares da educação infantil, os documentos oficiais que pensam a primeira infância na cidade do Rio de Janeiro, assim como os programas de formação continuada direcionados aos professores de educação infantil, falham ao reconhecer e incluir em suas abordagens as referências das epistemologias de mulheres negras fundadoras dos primeiros espaços de educação infantil em territórios de favela/periferia como saberes fundamentais para a construção de subjetividade e pertencimento das populações desses territórios aos saberes ancestrais de suas comunidades. Desta forma, é negado às fundadoras desses espaços e a essas comunidades o direito ao reconhecimento de sua contribuição histórica à educação brasileira.

**Referências Bibliográficas**

RATTS, Alex (Org.). Beatriz Nascimento: Uma história feita por mãos negras. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des) de el in-surgir, re-existir y re-vivir. Revista (entre palabras), 3, 1-29. 2009.

RUFINO, Luiz. Vence Demanda: Educação e descolonização. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo. Colonização, Quilombo: modos e significados. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.